

A ECONOMIA IMAGINADA DO CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO: NOTAS DE PESQUISA

Felipe Maia Guimarães da Silva*

RESUMO

Neste artigo procuramos argumentar que a formação do “agronegócio” brasileiro contou com uma forte atividade intelectual em sua origem, foi assim dependente de uma economia imaginada que forneceu o aparato cognitivo necessário para a coordenação das práticas e sua institucionalização. Mais do que descrever a realidade, a teoria econômica produz performativamente a economia real, num jogo de interações e lutas entre atores, ideias e redes técnicas e institucionais. Embora comporte certa heterogeneidade, as práticas e políticas que interferiram nas transformações no mundo rural brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980 estiveram relacionadas à hegemonia de uma economia imaginada, que interpretou a questão agrária como um problema de modernização da base técnica da agricultura e identificou a grande propriedade como espaço ideal para a realização de um ideal industrial de produção agrícola, em lugar de interpretações concorrentes que tendiam a ver na estrutura agrária um obstáculo para a modernização e preferiam soluções reformistas. Sugerimos também que há linhas importantes de continuidade entre este imaginário e a emergência do “agribusiness” nos anos 1990, embora visto em contexto político distinto, marcado pela redemocratização, o que implica na reconfiguração das relações estado – sociedade e em maior heterogeneidade institucional.

Palavras-chave: Agronegócio; Questão Agrária; Modernização; Pensamento Econômico.

The imagined economy of Brazilian agrarian capitalism: research notes

Abstract

In this paper, I argue that the emergence of Brazilian agribusiness had in its origins a strong intellectual activity. It was dependent of an imagined economy which offered the cognitive apparatus necessary to coordinate practices and its institutionalization. More than describe reality, economic theory performs real economy, in a play of interactions and struggles between actors, ideas and networks. Although some heterogeneity, practices and politics important to Brazilian rural social change from the 1960's to the 1980's were related to the hegemony of an imagined economy which defined the agrarian question as problem of modernization of the agricultural technical basis. It identified large properties as the ideal space for realization of an industrial ideal of agriculture, defeating concurrent interpretations compromised with agrarian reformism. There are important lines of continuity between this imaginary and the emergence of Brazilian agribusiness in the 1990's, although in a different political regime. Democratization meant reconfiguration of state society relations and more institutional heterogeneity.

Key-words: Agribusiness; Agrarian Question; Modernization; Economic Thought.

La economía imaginada del capitalismo agrario brasileño: notas de pesquisa

Resumen

En este artículo procurase argumentar que la formación del “agronegocio” brasileño tuvo una fuerte actividad intelectual en su origen, que fue dependente de una economía imaginada que forneció el aparato cognitivo necesario para la coordinación de las prácticas y su institucionalización. Más que describir la realidad, la teoría económica produce performativamente la economía real, en un juego de interacciones y luchas entre actores, ideas y redes técnicas y institucionales. Aunque comporte cierta heterogeneidad, las prácticas y políticas que interfirieron en las transformaciones en el agro brasileño en las décadas de 1960 y 1980 estuvieron relacionadas a la hegemonia de una economía imaginada que interpretó la cuestión agrária como un problema de modernización de la base técnica de la agricultura y identificó la gran propiedad como espacio ideal para la realización de un ideal industrial de producción agrícola, desplazando interpretaciones concurrentes que consideraban la estructura agrária un entrave para la modernización y preferían soluciones reformistas. Hay líneas importantes de continuidad entre este imaginario y la emergencia del “agribusiness” en los 1990, aunque en

* Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
Email: fmaia@yahoo.com .

contexto político distinto, marcado por la redemocratización política, que resulta en reconfiguración de las relaciones Estado – sociedad y mayor heterogeneidad institucional.

Palabras-chave: Agronegocio; Questión Agrária; Modernización; Pensamiento Económico.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é conectar um tema da sociologia econômica, a saber, a performatividade das teorias econômicas, com outro mais propriamente da sociologia política brasileira, a relevância da questão agrária para compreender os aspectos mais conservadores da modernização no país¹. Em suma, quero argumentar que a forma como um certo tipo de imaginação econômica interpretou a questão agrária no Brasil ainda na década de 1960 condicionou as mudanças econômicas e sociais no mundo rural brasileiro de forma favorável ao desenvolvimento do capitalismo agrário, porém reproduzindo antigas desigualdades sociais e políticas e criando outras novas. A resistência a esse processo foi significativa, porém não conseguiu reverter a concepção hegemônica, o que projeta uma questão agrária reformulada para os dias de hoje.

Para desenvolver este argumento, vou procurar apresentar em primeiro lugar como concebo a performatividade das teorias econômicas, em diálogo com textos de Bob Jessop e Michel Callon; em seguida quero mostrar como se formou historicamente a interpretação hegemônica da questão agrária brasileira na década de 1960 e sua articulação com um projeto de estado durante o regime militar, explorando também as linhas mais gerais dos processos de mudança social ocorridos no período; por fim, procurarei mostrar que é possível identificar linhas de continuidade entre essa interpretação e a formação do “agronegócio” contemporâneo e abordar desafios daí decorrentes para compreender a reformulação da questão agrária no Brasil.

ECONOMIA IMAGINADA E PERFORMATIVIDADE DA TEORIA

Um ponto importante para a crítica da economia política clássica ou do que hoje se costuma chamar de teoria neoclássica é que elas performam e moldam as relações econômicas mais do que simplesmente observar seu funcionamento (CALLON, 1998). A contribuição de Michel Callon nesse aspecto foi decisiva por argumentar que a constituição do “homo economicus”, essencial para a reprodução das economias de mercado, com sua forma típica de cálculo racional, foi resultado de um processo

de configuração e de enquadramento de práticas econômicas de acordo com certas instituições e convenções que regulam as práticas e estabelecem critérios de previsibilidade, sem os quais as complexas redes de troca mercantil não seriam possíveis. Nesta configuração o papel das teorias econômicas é decisivo, por fornecer categorias e instrumentos de medida e calculabilidade que permitem moldar o comportamento dos agentes e a realidade das práticas.

As relações econômicas de mercado devem assim ser institucionalmente e praticamente construídas, exigindo o enquadramento de atores e de relações entre atores, separando quais ações são levadas em conta e quais não são, delimitando espaços de possibilidade, constituindo papéis, expectativas e redes de relacionamento. Quando esse enquadramento se estabiliza, os agentes são capazes de calcular os efeitos de suas ações e as respostas dos outros, ainda que suas ações estejam sempre sujeitas a “externalidades”, termo criado pelos economistas para nomear os efeitos que não são levados em conta no enquadramento em questão, embora existam de fato (o que revela os limites do enquadramento existente e pode levar, quando se internaliza as externalidades, a sua transformação).

Desta forma, a definição de direitos de propriedade, a regulação dos fluxos financeiros, a definição de instrumentos para a mensuração e padronização de produtos, de regras para a tomada de crédito, por exemplo, são decisivos para a constituição das formas de calculabilidade dos agentes econômicos, sendo que tanto o Estado – a partir de seus recursos coercitivos e facilitadores – quanto a teoria econômica são fundamentais para sua realização. Esta última oferece o quadro de referências para instituir os elementos do mercado e, poderíamos dizer, conforma um campo de comunicação entre agentes diversos, sendo que para tanto não é preciso, evidentemente, que eles dominem a teoria, mas apenas que saibam utilizar praticamente seus instrumentos de calculabilidade.

Ademais, como já havia demonstrado Karl Polanyi (1980) em seu livro clássico e como vem sendo desenvolvido em um conjunto de trabalhos com inspiração nas teorias da regulação², a reprodução das economias de mercado capitalistas depende de um conjunto de mediações “extraeconômicas”, isto é, não diretamente enquadradas nas relações

de mercado. De acordo com Polanyi isto se deve ao caráter peculiar das mercadorias “fictícias”, dinheiro, terra e força de trabalho, ou seja, mercadorias que não foram produzidas enquanto tal, e cuja mercantilização produz efeitos que extrapolam os limites do funcionamento dos mercados. Desta forma, a reprodução das economias capitalistas depende de um macro conjunto de regras e instituições que estabelecem relações entre Estado e sociedade.

Com Jessop (2002, 2010), quero argumentar que essas relações devem ser discursivamente construídas, institucionalmente materializadas e estruturalmente acopladas a outras instituições, sendo sempre sujeitas a contestação e mudança. O aspecto discursivo é central na estruturação dessas relações porque a economia “real” é tão complexa e não-estruturada que a definição de estratégias de regulamentação, de governança ou mesmo de competitividade só se torna possível a partir do enquadramento de conjuntos específicos de relações econômicas que podem ser objeto de intervenção e da definição discursiva de “economias imaginadas”, capazes de dar sentido e de coordenar ações. Desta forma, modos de representação, “projetos” sociais e políticos, narrativas, tornam-se aspectos decisivos da análise das formas de articulação entre estado, economia e sociedade.

Seria preciso assim, incorporar o “cultural turn” na análise das relações entre economia, política e sociedade, pois a produção intersubjetiva de sentido é uma condição para a redução da complexidade, ou seja, como não se pode apreender cognitivamente todos os aspectos da realidade, os atores selecionam os aspectos relevantes e a partir daí atribuem significado. Porém, este aspecto “semiótico” não é plenamente suficiente, sendo necessário incorporar uma análise mais propriamente estrutural, lidando com “estruturas emergentes”, com padrões de interação que não são totalmente arbitrários, imprevisíveis ou ilimitados. O momento cultural refere-se assim às formações discursivas e à produção dos significados, enquanto o momento “social” põe em relevo as características extra-discursivas das práticas sociais e seus efeitos, que não necessariamente correspondem aos esforços de produção de sentido. Os “construtos” intelectuais podem ser infinitos, porém uns são mais fortes que os outros e emerge uma seletividade que depende tanto de estruturas sociais quanto de fatores inerentemente semióticos, ou como formula Jessop, “o mundo constrange a linguagem”. E nesse aspecto, uma atenção especial deve ser direcionada para as relações de poder e para a construção de “tecnologias”, que podem ser pensadas a partir da contribuição de

Foucault e dos estudos sobre governamentalidade. Tecnologias “têm um papel chave na seleção e retenção de imaginários específicos” (JESSOP, 2010), pois fornecem não só pontos de referência para a produção de sentido, como ajudam a coordenar ações, por meio de instituições e organizações.

De acordo com Callon (1998), arranjos institucionais e tecnológicos estão na origem do que se costuma chamar de processos de “path dependency” e de “lock in”, mecanismos que denotam o quanto certas constituições se tornaram mais ou menos irreversíveis. Eles apontam para o caráter seletivo e limitador de escolhas e decisões produzidas no passado, que reduzem as alternativas em momentos subsequentes, estreitando as possibilidades de agência e produzindo interdependências, de modo que os agentes tornam-se delas prisioneiros, pois têm poucos recursos para escapar destes arranjos. Callon argumenta que arranjos tecnológicos são especialmente sujeitos a esses fechamentos (“lock in”), pois o investimento inicialmente realizado em seu desenvolvimento ou aquisição estabelece dinâmicas de aprendizado e acumulação que tornam não lucrativo ou não atraente investimentos em outros pacotes. Longe de significar necessariamente uma deterioração de sua dinâmica, argumenta Callon, o “lock in” é parte necessária da constituição de qualquer mercado e comporta formas heterogêneas e variadas de organização.

De forma semelhante, Jessop argumenta que a estabilização dos mercados depende de mecanismos de variação, seleção e retenção. As práticas sociais e materiais emergem contingentemente (variação), estabelecem seletivamente privilégios (ou seja, estabelecem certas seleções e não outras) e são por fim materialmente “realizadas” em padrões recursivos (retenção), sendo que, quando ocorre esta sedimentação, suas origens controversas são esquecidas, indicando sua objetivação e possível naturalização. Assim, a pesquisa deveria tentar responder à pergunta de por que razão, dados os potenciais de produção de sentido e de trajetórias de diferentes imaginários econômicos e sociais concorrentes, alguns deles são selecionados e institucionalizados e vêm a constituir subjetividades econômicas, interesses, atividades, organizações e performances? Ou ainda, dadas as contradições estruturais e as dificuldades da reprodução da economia capitalista, especialmente durante suas crises, qual o papel dos imaginários em sua estabilização?

Assim, é preciso ver como os imaginários

econômicos se desenvolvem a partir de forças intelectuais que procuram redefinir conjuntos de atividades específicas e articular estratégias, projetos, modos de representação, etc. Entre essas forças, há partidos políticos, “think tanks”, associações de interesses, sindicatos. Além disso, como há competição entre os imaginários e os respectivos esforços para constituir os materialmente, cada economia imaginada é sempre apenas parcialmente constituída, o que preserva fontes e recursos de resistência. Mas onde um imaginário foi operacionalizado e instrumentalizado com sucesso, ele naturaliza as relações econômicas e seus instrumentos em uma economia com propriedades emergentes específicas.

A ECONOMIA IMAGINADA DO CAPITALISMO AGRÁRIO BRASILEIRO

A modernização da agricultura brasileira durante o regime militar instaurado em 1964 foi altamente dependente da performatividade de uma construção intelectual, que forneceu as categorias e os instrumentos de calculabilidade que permitiram aos agentes sociais e ao Estado coordenar ações, constituir mercados, formatar políticas capazes de materialmente efetivar uma economia imaginada. Nesta seção³, quero argumentar que esta economia imaginada emergiu seletivamente da concorrência com outras interpretações da questão agrária brasileira que, diferentemente da versão hegemônica, consideravam a estrutura de propriedade rural previamente existente um obstáculo para a modernização e apostavam em vias reformistas que não necessariamente fariam da grande propriedade o espaço ideal para a modernização da agricultura. Esta hegemonia porém não pode ser atribuída a uma evolução puramente interna da teoria, mas às redes de relações políticas e científicas aí estabelecidas e aos aparatos técnico e econômicos mobilizados no período. Para tanto, o autoritarismo político do regime militar e sua concepção de desenvolvimento industrial foram decisivos, vejamos.

No início dos anos 1960, a economia brasileira experimentava um conjunto significativo de mudanças decorrentes do processo de industrialização em curso. No mundo rural, havia já sinais de introdução de novas técnicas e implementos agrícolas. A grande transformação, porém, era o enfraquecimento de relações tradicionais de dominação da força de trabalho, especialmente nas grandes propriedades canavieiras nordestinas, em função de transformações no mercado de cana-de-açúcar e da maior organização política dos trabalhadores rurais. Emerge aí um dos

mais importantes movimentos sociais de contestação das formas tradicionais de dominação no mundo rural brasileiro, as Ligas Camponesas, bem como uma onda de sindicalização de trabalhadores rurais. Ambos trazem à esfera pública nacional a “questão agrária” com força até então inaudita no país. Entre os intelectuais, ganha força a concepção de que a modernização brasileira era obstruída pelas funções conservadoras exercidas pelo latifúndio, a grande propriedade territorial, espaço onde se desenvolveram as relações tradicionais de dominação que mantiveram esse campesinato sujeito ao controle dos grandes proprietários. O latifúndio era usualmente denunciado por seus efeitos sociais negativos, tanto para a emergência de uma cidadania no campo, em condições de igualdade com a urbana, quanto pela ineficácia econômica, devido ao baixo aproveitamento das terras e à precariedade das técnicas agrícolas. Em linhas muito gerais, foi esse o quadro que motivou diversas linhagens de agro-reformismo, mais liberais ou mais socialistas, digamos assim, que sustentavam a reforma da estrutura agrária como pré-condição para a modernização do mundo rural, entendida esta em sentido amplo, combinando elementos sociais, econômicos e políticos.

Os diagnósticos produzidos por esses intelectuais, que mobilizou autores tão diversos como Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado ou José Arthur Rios, foram decisivos para orientar algumas das principais proposições reformistas dos anos 1960, especialmente o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 que procurava corrigir as defasagens entre direitos de trabalhadores rurais e urbanos na legislação até então existente, e o Estatuto da Terra, complexo instrumento legal aprovado por iniciativa do regime militar em 1964 que formulava uma legislação favorável à reforma agrária, bem como estabelecia políticas de colonização e de modernização da base técnica da agricultura.

Não houve, contudo, consenso quanto às proposições fundamentais do agro-reformismo, havendo uma linha de contestação que ao longo do tempo se faria hegemônica. Mais fraca no princípio da década, ela conseguiria, tanto no Brasil quanto em alguns outros países latino-americanos⁴, no final dos anos 1960 e na década seguinte orientar as principais iniciativas estatais. Para tanto, foi fundamental a construção de um campo intelectual e de uma rede de alianças muito ampla que envolvia lideranças políticas, instituições de pesquisa e empresas.

No Brasil, a crítica pioneira ao agro-reformismo esteve fortemente relacionada aos trabalhos de

Antonio Delfim Netto, então um jovem economista que havia desenvolvido carreira meteórica na Universidade de São Paulo lidando com temas relacionados à política agrícola e que também integrava a assessoria econômica do governo estadual de São Paulo. Sua trajetória, que seria coroada com sua indicação para a chefia do Ministério da Fazenda em 1967, onde atuaria diretamente na política de crédito agrícola, é em boa medida emblemática da importância que a economia, enquanto disciplina científica, assumiria no período, projetando um novo tipo de intelectual, distinto dos antigos bacharéis em direito, ou mesmo dos engenheiros, carreiras que tradicionalmente constituíam a educação universitária das lideranças políticas ou dos técnicos de governo. Os cursos de economia foram criados nas universidades brasileiras apenas no final dos anos 1940, muitos deles oferecidos no período noturno, possuindo na época pouca atratividade para os jovens de famílias mais ricas mais afeitos às carreiras tradicionais. Delfim era estudante de origem social modesta, combinava o estudo com o trabalho de office-boy e foi aluno de uma das primeiras turmas de economia da Universidade de São Paulo.

Os cursos de economia possibilitaram a esses jovens alterar a abordagem do debate sobre a questão agrária, que se tornava mais distante de considerações sobre a história, o direito de propriedade ou os valores ético-morais do desenvolvimento social, que costumavam pautar a produção textual do agro-reformismo. A partir de um instrumental estatístico mais sofisticado, os economistas desafiaram o diagnóstico da ineficácia da estrutura agrária brasileira para o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, e por consequência sua conclusão política em favor da reforma agrária. Em lugar desta, propunham uma política de incentivos à modernização da base técnica das grandes propriedades, vistas não como obstáculo, mas como espaço ideal para a agricultura capitalista moderna.

A afirmação deste domínio disciplinar sobre a questão agrária nos anos 1960 contaria com o desenvolvimento institucional dos cursos de pós-graduação de economia agrícola, criados pioneiramente nas universidades de Viçosa, Piracicaba e Porto Alegre, todos com forte colaboração de pesquisadores e universidades norte-americanas, nas quais haviam sido desenvolvidos os fundamentos das transformações da agricultura americana impulsionada pela mecanização dos instrumentos agrícolas e por novos conhecimentos da química e da biologia, que possibilitaram o uso de fertilizantes, defensivos e sementes híbridas e selecionadas.

Esses convênios trouxeram para o Brasil, em tempo integral, de dois a quatro professores americanos por universidade, com recursos do USAID e da Fundação Ford⁵.

Crescia no período a circulação de ideias e pessoas entre o Brasil e os Estados Unidos e por esses canais o ideário da modernização agrícola americana era difundido entre pesquisadores e agricultores brasileiros. Nas universidades emergia uma concepção de trabalho acadêmico desligada da tradição bacharelesca, depreciativamente chamada de “europeia”, e mais afeita ao papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento econômico (SCHUH, 1971). Este contato facilitava a absorção por parte dos pesquisadores brasileiros das formulações que pautaram a “revolução verde” na agricultura e daquilo que a historiadora Deborah Fitzgerald (2003) chamou de um “ideal industrial” para a agricultura.

Em ambas estavam presentes os desenvolvimentos da agricultura norte-americana no século vinte. Fitzgerald mostra como nos Estados Unidos da primeira metade do século XX um conjunto de pesquisadores trabalhou no sentido de adaptar os processos de produção agrícolas à lógica dos processos fabris, abrindo caminho para a industrialização da agricultura. As primeiras tentativas de introdução da mecanização e de padrões industriais de administração nas fazendas tiveram pouco sucesso, porém, a partir da crise agrícola de 1920, o ambiente mudou favoravelmente à “modernização”, unindo banqueiros, agentes de governo e, sobretudo, engenheiros e economistas treinados nas universidades americanas em torno do ideal industrial. Sua visão da agricultura então existente era formada pela imagem inversa da indústria, com sua produção ordenada, padronizada e racionalizada segundo padrões de mercado, de modo que aquela lhes parecia indisciplinada, ineficiente e imprevisível e esta seria a razão da crise. Assim, a crise era a chance de mudar e a fábrica foi o modelo.

Pode-se dizer que o ideal industrial para a agricultura comporta cinco características, a saber, a produção em larga escala, a introdução de máquinas especializadas, a padronização de processos e produtos, a confiança em conhecimentos administrativos e a instituição de conceitos de “eficiência” como critério para a produção. Elas operam em conjunto, estando mutuamente implicadas, por exemplo, a introdução de maquinário favorece a produção em larga escala, de trabalho especializado e a padronização de processos. Tratores, por exemplo, permitem cultivar áreas cada vez maiores, de forma mais rápida e intensa e sem

limites de tempo diário.

Essa experiência americana se expandiu ao longo do século XX, tornando-se um paradigma técnico-administrativo de agricultura moderna. Na América Latina e no Sudeste Asiático, duas grandes instituições americanas, as fundações Ford e Rockefeller dedicaram-se a projetos de modernização agrícola que difundiram os princípios da agricultura industrializada, o que seria consagrado com o nome de “revolução verde”. As duas fundações se envolveram em iniciativas de difusão de sementes híbridas, mais produtivas, associadas a pacotes de irrigação, fertilização e de introdução de força mecânica em substituição a métodos e recursos naturais tradicionais. No Brasil, houve forte atuação de ambas, em áreas diversas, desde os convênios universitários para treinamento de pessoal, até os programas de extensão rural ou mesmo a colaboração para o desenvolvimento de empresas produtoras de sementes híbridas⁶.

Foi nesse ambiente que se desenvolveu a “economia imaginada” do capitalismo agrário brasileiro, que incorporava o ideal industrial da modernização agrícola americana, o aparato tecnológico da revolução verde e os conhecimentos oriundos da economia agrícola. Os intelectuais brasileiros compartilhavam com seus colegas estrangeiros teorias, experiências e, em boa medida, valores e objetivos políticos. Em comum, acreditavam na capitalização das grandes propriedades como veículo para a modernização da agricultura, na capacidade de transformação decorrente da introdução de novas tecnologias agrícolas, no potencial de cálculo racional e de mercado dos fazendeiros e, por fim, na integração agricultura – indústria. A nova economia imaginada emerge da afinidade entre interpretações e visões de mundo e da efetiva colaboração em alguns projetos. Para tanto, foi preciso enfrentar o argumento dos reformistas agrários e mobilizar novas instituições e políticas públicas. Ao menos três economistas tiveram papel de destaque nesta construção, Antonio Delfim Netto, Ruy Miller Paiva e Antonio Barros de Castro. Não se tratava dessa forma de uma projeção das antigas visões sobre a “vocaçãõ agrária” do país, mas talvez até, a própria superação daquele debate, com a vinculação da agricultura ao projeto industrialista, isto é, com a industrialização da agricultura.

O argumento desses autores desafiava o reformismo em quatro pontos centrais. O primeiro era a imagem de ineficiência da agricultura brasileira, por vezes considerada obsoleta e obstáculo para

o desenvolvimento industrial. Delfim e Paiva procuraram, de forma independente, mostrar que o crescimento agrícola brasileiro era em boa medida satisfatório, obtendo índices que se não superavam as expressivas taxas do crescimento do produto industrial de então, eram ao menos superiores ao do crescimento populacional ou ao crescimento do produto agrícola de outros países. A agricultura teria ainda grande importância na pauta de produtos de exportação e viria experimentando ganhos de produtividade, embora concentrados na região geográfica do Centro-Sul do país (DELFIN NETTO; PASTORE; CARVALHO, 1966; PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973).

O bom desempenho da agricultura levava-os a reconsiderar a imagem dos grandes agricultores, vistos não mais como latifundiários ociosos, senhores feudais ou proprietários tradicionais resistentes à modernização. Em seu lugar aparece o “agricultor – empresário”, capaz de responder positivamente aos estímulos de mercado, de operar segundo a calculabilidade e a racionalidade capitalistas e portanto apto a introduzir novas tecnologias e processos produtivos. Não haveria desta forma barreira para a industrialização nem na estrutura agrária, nem no perfil de sua classe dirigente, pois “o Brasil dispõe de terras, mão de obra e agricultores-empresários em condições de fazer com que o setor agrícola responda satisfatoriamente a esses aumentos da demanda. O problema é que esses agricultores-empresários reagem basicamente a perspectivas de lucros relativamente altos, próximos aos que podem ser obtidos em outras atividades agrícolas e não-agrícolas” (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p. xvii)

O que explicaria o baixo aproveitamento de terras em grandes propriedades não seria um pretenso tradicionalismo cultural do latifúndio, mas apenas o grau de desenvolvimento do mercado, isto é, as oportunidades efetivas de crescimento da agricultura. Segundo Delfim, “a utilização do fator terra depende somente da comparação entre os preços pagos aos produtores (...) os agricultores procuram utilizar os fatores de produção nos produtos que oferecem as melhores perspectivas (...) com isso, a agricultura adquire um dinamismo capaz de permitir um ajustamento rápido aos estímulos de mercado” (DELFIN NETTO; PASTORE; CARVALHO, 1966, p. 160).

Desta forma, procuravam definir os problemas da modernização da agricultura em critérios propriamente econômicos e apontavam sua

resolução de modo a compatibilizar a estrutura agrária brasileira com a criação de novos mercados agrícolas, sendo dispensável a reforma da estrutura agrária ou a necessidade de promoção, por meio da distribuição da propriedade, de uma nova classe de agricultores. A modernização era um problema de criação dos estímulos corretos para a abertura de novas oportunidades de mercado e os grandes agricultores os agentes sociais privilegiados para sua consecução.

Em sua formulação, as iniciativas de reforma agrária não obedeceriam a critérios de desenvolvimento econômico, no máximo a necessidades de política social. De acordo com Delfim, a reforma não era necessária porque a agricultura cumpria adequadamente suas funções para o desenvolvimento da economia como um todo, isto é, para o projeto de industrialização da economia nacional, em curso desde a década anterior. Seu crescimento possibilitava uma oferta adequada de alimentos a preços razoáveis e a liberação de mão de obra para o crescimento industrial. Quanto à formação de mercado interno, argumento caro aos reformistas, que viam na distribuição da propriedade uma alavanca para a elevação das condições materiais e do consumo dos trabalhadores rurais, Delfim sustentava que, no Brasil, o consumo de produtos industriais era eminentemente urbano, prescindindo da demanda agrícola de proprietários familiares.

Antônio Barros de Castro, economista oriundo da Cepal, desenvolve este argumento em seu sentido principal, propondo que a industrialização brasileira pouco se beneficiaria do consumo de uma classe de produtores “tradicionais”, possíveis beneficiários de programas de reforma agrária. Em contrapartida, a tecnificação das grandes propriedades abriria um mercado consumidor de máquinas e implementos agrícolas, favorecendo a indústria correspondente. Da reforma, poder-se-ia, esperar um crescimento extensivo da agricultura, da modernização o crescimento intensivo, capaz de criar novas ligações inter-setoriais, de acordo com ele, “a agricultura, que não forneceu grandes estímulos de mercado ao longo da moderna industrialização, para se transformar em um cliente adequado (estimulante) à industrialização (...) deverá confirmar (e reforçar através do progresso tecnológico de grandes unidades) a sua estrutura distributiva” (CASTRO, A. B., 1969, p. 131).

Assim, a modernização da agricultura não só dispensaria a reforma agrária, como esta lhe causaria problemas, desperdiçando recursos e confrontando seus principais agentes, os grandes

proprietários de terra e a grande unidade territorial. A política agrícola deveria favorecer a vinculação da agricultura ao problema central da industrialização, o que significaria a própria industrialização da agricultura, o que remetia à possibilidade de elevar a capitalização de segmentos do setor para aproveitar as oportunidades abertas pelo crescimento da demanda urbana de alimentos e para incrementar o consumo agrícola de bens de produção industrializados. De acordo com Paiva, este é um processo naturalmente seletivo e desigual, já que não é possível que todos os produtores se aproveitem das possibilidades de elevação da produtividade e de transformação da base técnica ao mesmo tempo. Haveria um mecanismo de “auto-controle” que modera a difusão tecnológica, sendo portanto necessário “que a promoção em favor da modernização pelos poderes públicos se torne seletiva, escolhendo-se os produtos e os agricultores que tenham possibilidade de fazer com que os benefícios se tornem maiores que os prejuízos” (PAIVA; SCHATTAN; FREITAS, 1973, p. 26).

No conjunto, o que os três autores propunham era uma imagem da agricultura brasileira como “dinâmica” e apta à modernização e à integração ao desenvolvimento industrial, objetivo supremo da política econômica do período. Percebiam na grande propriedade o espaço ideal para a absorção do “ideal industrial” e das tecnologias produtivas da revolução verde e da moderna economia agrícola. Condenavam a reforma agrária por economicamente ineficiente e apostavam em estímulos estatais para a abertura de novos mercados, abrindo um caminho para uma dupla vinculação indústria – agricultura, na qual a agricultura demandaria bens de produção industrializados e concomitantemente ofertaria alimentos para um mercado urbano (e externo) em expansão, bem como matérias-primas para processamento industrial. Constituíam assim, ainda que de forma heterogênea, as bases de uma “economia imaginada” do capitalismo agrário brasileiro capaz de fornecer critérios para a formulação de políticas e para a coordenação da ação de agentes diversos, capaz de criar mercados e novas relações de interdependência, pautadas por suas expectativas e seus critérios de calculabilidade. Mais ainda, era uma economia imaginada que tirava parte de sua força de seu vínculo com poderosos pacotes tecnológicos e conhecimentos técnico-científicos em difusão em escala global.

A conquista de uma posição hegemônica na interpretação da “questão agrária” brasileira nos anos 1960 dependeu de um círculo heterogêneo de “aliados”, tendo o Estado desempenhado papel

predominante. A retenção deste imaginário em um pacote de políticas públicas foi decisiva para sua materialização e para a efetiva transformação da economia agrícola brasileira. A instituição central foi o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965 e efetivamente implementado a partir de 1967, que ofereceu por cerca de dez anos empréstimos a juros subsidiados (e muitas vezes “negativos”, isto é, menores que a taxa de inflação) para agricultores dispostos a investir na modernização da base técnica da agricultura.

Por meio do crédito, a relação agricultura – indústria foi largamente estimulada, como se pode ver por suas três modalidades principais: o “custeio”, que cobria a compra de fertilizantes, defensivos químicos, rações e sementes (e que perfazia quase metade do total de crédito), estimulando a indústria química e de sementes; a linha de “investimentos”, direcionada à compra de tratores e maquinário, que correspondia também aos esforços de substituição de importações na produção de bens de capital; e a linha de “comercialização” que favorecia o beneficiamento de produtos por agroindústrias e cooperativas (DELGADO, 1985).

A distribuição do crédito foi altamente seletiva, concentrada em uma pequena parcela de produtores, localizados nas maiores propriedades e detentores dos maiores contratos. Foi seletiva também em relação a certos produtos e ao aspecto regional, concentrando-se na região Centro-Sul do país. Calcula-se que entre 20 e 25% dos produtores tiveram acesso ao crédito na década de 1970 e, mesmo entre esses, a desigualdade nos contratos foi grande. Quanto aos produtos, houve viés para commodities exportáveis, produtos industrializáveis e para a produção de trigo (GONÇALVES NETO, 1997; GOODMAN, 1986). O crédito teve ainda efeitos importantes na questão fundiária, sendo responsável pela valorização do preço da terra e pela atração de grandes grupos industriais para projetos territoriais, não necessariamente agrícolas, cuja estratégia envolvia valorização patrimonial, ou simplesmente especulação (DELGADO, 1985).

Esta política de modernização conformou um padrão de mudança social e econômica no mundo rural que terminava por reforçar a estrutura de propriedade concentrada já existente, bem como ampliar os movimentos migratórios da população camponesa não proprietária de terras para os grandes centros urbanos. As condições de trabalho não se alteraram substantivamente de forma favorável aos trabalhadores, mesmo com a conquista

de direitos, inclusive o de sindicalização. Apenas com o enfraquecimento do regime militar e de sua capacidade repressiva, as lutas sindicais em torno de direitos trabalhistas teriam melhores resultados. Já nas regiões de “fronteira”, as frentes de expansão do capitalismo agrário, o padrão da agricultura em larga escala especializada na grande propriedade seria altamente reforçado, inclusive com políticas específicas, tais como incentivos fiscais, que facilitaram sua materialização. Caracterizava-se assim o que a literatura convencionou chamar de “modernização conservadora”, isto é, um processo de mudança social capaz de alterar a base técnica da economia agrícola, porém incapaz de alterar estruturas produtoras de desigualdade, especialmente em função das relações sociais inscritas nas formas de apropriação da terra e do trabalho.

A ECONOMIA IMAGINADA E O AGRONEGÓCIO

Há, por certo, relações de continuidade e descontinuidade entre a economia imaginada do capitalismo agrário durante o regime militar e a formação do autodenominado “agronegócio” brasileiro contemporâneo. É preciso contudo tomar certos cuidados para não se estabelecer linhas muito diretas de causalidade entre contextos e atores sociais distintos, mas em vez disso, deve-se valorizar alguns processos sociais, instituições e afinidades que podem ser analiticamente perseguidos. Por meio deles, a economia imaginada se metamorfoseou, adaptando-se a novas conjunturas políticas e econômicas, defrontando-se com novos problemas, mas reafirmando o “ideal industrial” e algumas das características centrais do período anterior, especialmente, a opção pela grande agricultura especializada na grande propriedade territorial e a oposição ao reformismo agrário, mesmo àquele que não coloca diretamente em questão a grande propriedade produtiva. Ao mesmo tempo, fortaleceram-se seus vínculos com o mercado internacional, cada vez mais espaço necessário para sua reprodução. Quanto à relação com o Estado, ao contrário de algumas expectativas, os sinais apontam para um reforço das relações de dependência, também em continuidade com a trajetória pregressa, mesmo com a liberalização, ocorrida nos últimos vinte anos, de alguns dos mecanismos tarifários ou de controle de preços. A mediação estatal continua central para o financiamento do setor, retornando o crédito público como alavanca de expansão desta economia nos anos 2000.

No período democrático, as redes de representação política e corporativa da grande agricultura se adensaram e ganharam protagonismo muito superior ao desempenhado no regime militar. Proliferaram associações de agentes econômicos por produtos e cadeias produtivas, capazes de produzir uma concertação de interesses internamente e de defendê-los externamente nas relações com o Estado e com outras cadeias (GRAZIANO DA SILVA, 1998). No final dos anos 1980, o segmento mais “modernizado” do setor agrupou-se na Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), entidade que inovava na representação ao associar não apenas agricultores, mas também ramos industriais e financeiros partícipes das cadeias produtivas agro-industriais, o que ampliava seu potencial de aliança política e social. Já a representação corporativa tradicional, por meio da Confederação Nacional da Agricultura, que experimentou declínio nas últimas décadas do século passado, foi revitalizada e ganhou destaque no jogo político nos anos mais recentes.

O trabalho intelectual continuou decisivo para a coordenação dos agentes após a redemocratização. Como mostrou o importante estudo de Grynzspan (2012), a circulação de empresários brasileiros em universidades norte-americanas, Harvard em especial, foi decisiva para a recepção do conceito de “agribusiness” no Brasil e com ele de uma abordagem da economia agrícola que enfatizava seus laços agro-industriais. Nas universidades, o grupo Pensa, constituído na Faculdade de Economia e Administração da USP, que contou com a colaboração de Ray Goldberg, o decano do “agribusiness” em Harvard, especializou-se em consultorias e “estudos de caso” para grandes empresas e no treinamento de executivos. Na Fundação Getúlio Vargas, a revista *Agroanalysis* tornou-se outra plataforma importante para articular intelectuais e empresários na construção do “agronegócio” contemporâneo. Todos frequentaram os fóruns da ABAG, como revela a entrevista de uma de suas principais lideranças, Luiz Antônio Pinazza (2012).

Os intelectuais reunidos em torno da ABAG operaram com a ideia de “agribusiness” não apenas como um conceito descritivo das relações econômicas envolvidas nas cadeias agro-industriais, mas também como uma plataforma de articulação de interesses e de estratégias de desenvolvimento. O “agribusiness” funcionava como uma espécie de marca ou de síntese da economia imaginada renovada de acordo com as novas condições conjunturais, cujas chaves eram a democratização política e a globalização econômica. Esta imaginação econômica procurava agora ligar

uma narrativa de sucesso da modernização da agricultura com o que considerava os desafios do presente, a integração à economia internacional e a sustentação da segurança alimentar do país. De acordo com os intelectuais da ABAG, o “agribusiness” era não só o “maior negócio do país”, como “a única saída, a curto prazo, para acelerar a integração do Brasil à economia internacional” (ABAG, 1993, p. 9).

A ideia de segurança alimentar era mobilizada para sustentar o apoio ao crescimento da produção agrícola, que sentiam ameaçado pelas políticas de liberalização implementadas no curso da crise fiscal brasileira nos anos 1980 e que havia “desorganizado” os instrumentos de regulação da produção agrícola e levado a certa estagnação. A ABAG qualificou a política da Nova República de “pseudo-liberal” e denunciava a deterioração dos instrumentos de crédito, da infra-estrutura e a elevação da carga tributária. Falavam em uma “renúncia” do Estado em exercer funções reguladoras na economia agrícola e em instabilidade das “regras do jogo”. De acordo com a ABAG, “o modelo intervencionista da década de setenta (...) faliu. Não foi substituído por nenhum outro. O país não tem uma política agrícola e não tem uma política de segurança alimentar” (idem, p. 51). Rever a política, de forma a reduzir os riscos a “dimensões suportáveis” era necessário para assegurar patamares mais elevados de produção, sustentar a segurança alimentar e, com isso, o desenvolvimento do conjunto da economia.

O horizonte desta nova imaginação econômica era a economia global, “o novo ar que respira o agribusiness é, ao mesmo tempo, o do desenvolvimento econômico, o da competitividade internacional e o dos impactos ambientais globais” (idem, p. 136). No plano internacional, a ABAG opunha-se fortemente aos subsídios agrícolas mantidos por países concorrentes, o que caracterizava a feição mais liberal dos empresários brasileiros, certamente mais liberais em política externa que na doméstica. Argumentavam que o “agribusiness” era o setor mais internacionalizado da economia brasileira, o que estava em melhores condições de produzir saldos no comércio internacional. Cobravam do governo brasileiro maior ativismo e procuravam apoio na sociedade, denunciando o protecionismo agrícola como causa de efeitos econômicos perversos, a superprodução agrícola e o rebaixamento de preços no mercado internacional. Para tanto não hesitavam em recorrer ao ideário liberal das vantagens comparativas no mercado internacional, o protecionismo praticado por países ricos, distorce as relações de preços e prejudica a própria globalização.

De acordo com Pinazza e Araújo, “essas iniquidades foram desastrosas para os países em desenvolvimento, especialmente o Brasil, que tem na sua cadeia de alimentos e fibras – no seu agribusiness – a área de maior vantagem comparativa e a grande alavanca para seu desenvolvimento sustentado e para a sua integração à economia internacional” (PINAZZA; ARAÚJO, 1993, p. 11).

Sua plataforma buscava engajar as instituições do Estado nacional na luta por novos mercados, o que significava, além do combate ao protecionismo, políticas de estabilização macro-econômica, tais como o controle da inflação e um câmbio “realista”, e de apoio à produção, “múltiplos mecanismos de financiamento à atividade agrícola e agroindustrial” (ABAG, 1993, p. 158), redução de custos de comercialização, reforma tributária, entre outros. O mercado global era visto como uma oportunidade, que dependia entretanto de uma rede de alianças ampla para ser corretamente aproveitada. Essa rede incluía empresários de ramos diversos (isto é, agricultores, industriais, banqueiros, muitos com representação na ABAG), agentes e instituições estatais, bem como os intelectuais e suas agências.

Essas redes seriam mobilizadas de forma decisiva na rearticulação entre o Estado e os grandes produtores ao longo dos anos 1990, que culminaria no que Delgado (2012) chamou de um “relançamento do agronegócio” no final da década, como parte inclusive da estratégia estatal de enfrentar os constantes déficits externos da economia brasileira após a desvalorização cambial de 1998. Ali ressaltariam grandes investimentos estatais em infra-estrutura e a retomada da oferta farta de crédito rural, políticas que atravessariam os anos 2000 e tornar-se-iam o foco do suporte estatal à expansão do “agronegócio”.

NOTAS FINAIS

Parte de meu argumento é que essas economias imaginadas têm conformado um padrão conservador de mudança social e de modernização no mundo rural brasileiro. Nele há um descolamento entre as transformações nas estruturas econômicas e tecnológicas, cada vez mais adaptadas aos padrões internacionais de organização do capitalismo agrário e as transformações nas estruturas sociais e políticas, marcadas por forte desigualdade no acesso a direitos e recursos materiais e políticos. A presença da grande propriedade agrária, embora por vezes convertida em moderna empresa agrícola, como espaço prioritário da modernização econômica condicionou, em

sentido conservador, os efeitos sociais da expansão do capitalismo no mundo rural brasileiro, reduzindo as possibilidades de auto-afirmação do campesinato, muitas vezes constringido à migração para os grandes centros urbanos em condições precárias. A grande propriedade continua sendo assim decisiva na estruturação das relações sociais no mundo rural, sendo um fator renovado de produção de desigualdades.

Durante o regime militar, a hegemonia da economia imaginada do capitalismo agrário beneficiou-se dos recursos repressivos do governo para conter contestações sociais que pudessem tomar como referência interesses e imaginários distintos, o que possibilitou larga margem de manobra para a ação seletiva e discricionária do Estado na condução da modernização da base técnica da agricultura. No período democrático, a conquista de posições hegemônicas passa a depender menos da discricionabilidade autoritária e mais da projeção da influência do interesse econômico ou da representação política, o que tem possibilitado assegurar posições fundamentais, porém abre espaço para maior contestação na esfera pública e mesmo para maior heterogeneidade na organização das políticas públicas, admitindo o convívio, ainda que em posições desiguais, de diferentes imaginações econômicas, como se pode ver, por exemplo, pela projeção do ideário e de políticas relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária. Deve-se notar, entretanto, que a retenção do imaginário em pacotes tecnológicos e administrativos, bem como nas instituições estatais e econômicas, condiciona a trajetória, o que tem favorecido a continuidade da grande propriedade como espaço ideal de reprodução do capitalismo agrário.

Neste contexto, a questão agrária se reconfigura, demandando novos esforços interpretativos dos atores sociais. Abrir as caixas pretas por meio das quais as interpretações hegemônicas se apresentam como se fossem incontroversas é uma forma de desnaturalizar suas assertivas e apontar para a variedade de possibilidades de coordenação da ação econômica. No período recente, o esforço das lideranças do “agronegócio” de apresentar a história da modernização agrícola como uma narrativa de sucesso, a despeito de seus efeitos perversos, visa assegurar apoio na opinião pública para a defesa de posições na disputa por recursos e, por certo, conter a possibilidade de que imaginações alternativas, pautadas em critérios distintos de desenvolvimento, possam se afirmar. A investigação que propomos, então, deve não só auxiliar a uma melhor compreensão do ambiente cultural e dos construtos discursivos decisivos para a

regulação e a coordenação das ações dos agentes sociais do “agronegócio”, como também para “re-politizar” a questão agrária, isto é, para em um ambiente democrático esclarecer as consequências de decisões tomadas no passado e abrir o leque de escolhas para o futuro. As possibilidades de realização de imaginários alternativos, contudo, seguirão dependentes de sua capacidade de mobilizar instituições e agentes sociais dispostos a realizá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG, Associação Brasileira de Agribusiness. *Segurança Alimentar: uma abordagem de agribusiness*. São Paulo: Edições ABAG, 1993.

CALLON, Michel. *Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. The laws of the markets*. Oxford: Blackwell, 1998. p. 2 – 57.

CASTRO, Ana Célia. *Crescimento da firma e diversificação produtiva: o caso Agroceres*. 1988. Tese de doutorado – Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

CASTRO, Antonio Barros De. *7 Ensaio sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1969.

DE JANVRY, Alain. *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1981.

DELFIN NETTO, Antonio; PASTORE, Afonso C.; CARVALHO, Eduardo Pereira De. *Agricultura e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Estudos ANPES n. 5, 1966.

DELGADO, Guilherme C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985*. São Paulo; Campinas: Ícone; Ed. Unicamp, 1985.

DELGADO, Guilherme C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 - 2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FITZGERALD, Deborah Kay. *Every farm a factory: the industrial ideal in American agriculture*. New Haven: Yale University Press, 2003.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econô-*

mica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GOODMAN, David. *Rural economy and society*. In: BACHA, EDMAR; KLEIN, HERBERT S. (Org.). *Social change in Brazil, 1945 - 1985: the incomplete transition*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986. .

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2a. ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

GRYNSZPAN, Mario. *Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil*. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 17, p. 123 – 149, 2012.

JESSOP, Bob. *Cultural political economy and critical policy studies*. Critical Policy Studies, v. 3, n. 3-4, p. 336 – 356, 2010.

JESSOP, Bob. *The future of the capitalist state*. Cambridge: Polity Press, 2002.

PAIVA, Ruy Miller; SCHATAN, S.; FREITAS, C. T. *Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades*. Rio de Janeiro: Graphos, 1973.

PINAZZA, Luiz Antônio. *Luiz Antônio Pinazza (depoimento, 2012)*. Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, 2012.

PINAZZA, Luiz Antônio; ARAÚJO, Ney Bittencourt De. *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. São Paulo: Globo, 1993.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIBEIRO, Maria das Graças Martins. *A USAID e o ensino agrônomo brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 4, n. 3, p. 453 – 463, 2009.

SCHUH, G. E. *O desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1971.

SILVA, Claiton Marcio Da. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946 - 1961)*. 2009. Tese de doutorado – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Felipe Maia Guimarães Da. *Questão agrária*

e modernização no Brasil. 2014. Tese de doutorado – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

NOTAS

1 Agradeço ao colega Victor Mourão pela leitura atenta deste texto e pelos comentários enviados. Como de praxe, a responsabilidade pelos erros eventualmente cometidos cabe somente ao autor.

2 Esta é apenas uma aproximação possível, nem toda teoria da regulação tem inspiração polanyiana.

3 Esta seção está fartamente baseada na pesquisa que subsidiou a redação de minha tese de doutorado, especialmente em seu segundo capítulo, ver Silva (2014). Remeto a ela também a discussão mais detalhada dos argumentos apresentados nas próximas páginas.

4 Ver De Janvry (1981).

5 Para uma boa visão deste processo na Universidade de Viçosa, ver Ribeiro (2009). Para a visão de um dos pesquisadores norte-americanos diretamente envolvidos nesta colaboração, ver Schuh (1971).

6 Ver Claiton da Silva (2009) para a colaboração entre a Fundação Rockfeller e os programas de extensão rural em Minas Gerais; ver Castro (1988) para a história da Agrocere, empresa brasileira produtora de sementes e seus sócios norte-americanos.